

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES

MATHEUS ERIK FERREIRA SILVA

**COMO DESCARTES CHEGA AO COGITO E QUAIS AS IMPLICAÇÕES DE SUA
DESCOBERTA**

Maceió

2022

MATHEUS ERIK FERREIRA SILVA

**COMO DESCARTES CHEGA AO COGITO E QUAIS AS IMPLICAÇÕES DE SUA
DESCOBERTA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Instituto de Ciências
Humanas, Comunicações e Artes,
como parte dos requisitos para a
obtenção do título de Licenciatura
em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Seara
Rabenschlag.

Maceió

2022

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Setorial do Espaço Cultural
Bibliotecário Responsável: Valdir Batista Pinto

S586c Silva, Matheus Erik Ferreira.
Como Descartes chega ao cogito e quais as implicações de sua descoberta. – 2022.
39 f.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Sears Rabenschlag.
Trabalho de Conclusão de Curso em Filosofia – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas Comunicação e Artes. Maceió, 2022.

1. Cogito . 2. Ciência e razão. 3. Idealismo metafísico I. Título.

CDU: 141.13



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

No dia **03 de março de dois mil e vinte e dois**, às **09:30 horas**, estiveram reunidos para a etapa de arguição da defesa de TCC on-line, via aplicativo de videoconferências Google Meet - vinculado à conta do professor orientador do trabalho -, os professores Ricardo Seara Rabenschlag, na condição de Professor Orientador e de Presidente da Banca Examinadora, José Urbano de Lima Júnior e Fernando Monegalha, como membros avaliadores, para a defesa de monografia do discente Matheus Erik Ferreira Silva, matrícula n. 16210993, intitulada: **COMO DESCARTES CHEGA AO COGITO E QUAIS AS IMPLICAÇÕES DE SUA DESCOBERTA**. Após a arguição da Banca examinadora, esta Monografia foi aprovada com nota 8,5 (oito e meio). O aluno terá 45 dias de prazo para entregar um (01) exemplar corrigido do trabalho escrito, em formato digital e por e-mail, à Coordenação do Curso com anuência do(a) orientador(a). Nada mais havendo a tratar, eu Prof. Ricardo Seara Rabenschlag, lavrei a presente Ata, que vai por mim assinada e pelo Coordenador do Curso de Filosofia – Licenciatura.

Links para acesso da defesa: Apresentação: meet.google.com/nat-xfer-nmh;

Arguição: meet.google.com/Jaque-xpzf-fid

Banca Examinadora: Prof. Ricardo Seara Rabenschlag, orientador e Presidente da Banca

1o Avaliador: Prof. Fernando Monegalha

2o Avaliador: Prof. José Urbano de Lima Júnior

Prof. Dr. Ricardo Seara Rabenschlag
Presidente de Banca Examinadora

Prof. Dr. Alberto Vivar Flores
Coordenador do curso de Filosofia

Este trabalho é dedicado a todos aqueles que estão travando uma batalha contra o câncer, em especial meu avô Heleno.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao bom Deus por todas as suas graças que tem me proporcionado.

Aos meus pais que sempre me motivaram a estudar.

Aos demais familiares e amigos por todo o apoio.

Ao Prof. Dr. Ricardo Seara Rabenschlag pela orientação.

Aos demais professores do curso de Filosofia – UFAL, pelo excelente e inspirador trabalho exercido.

“A intenção do Espírito Santo é ensinar-nos como se vai ao céu e não como vai o céu”.

Galileu Galilei

RESUMO

Descartes busca com a sua filosofia encontrar algo de fixo e seguro que possa servir de base para a nova ciência. Nesta procura, após colocar tudo o que tinha aprendido em dúvida, o filósofo descobre algo que não pode ser contestado, a saber, que ele pensa e que ele existe enquanto pensa. Este “eu” capaz de pensar por si próprio, sem a necessidade das coisas materiais, está no centro de toda a sua filosofia. Essa nova forma de pensar rompe com a tradição, mas não a ignora, uma vez que ele busca criticá-la e, com estas críticas, encontrar uma compatibilidade entre o que se deve resolver e as alternativas encontradas.

PALAVRAS-CHAVE: Dúvida, Cogito, Deus, Ciência e Razão.

ABSTRACT

Descartes` s philosophy is an attempt to find something fixed and secure that can serve as a basis for the New Science. In this search, after putting everything he had learned into doubt, the philosopher discovers something that cannot be disputed, namely, that he thinks and that he exists while he thinks. This "I" capable of thinking for itself, without the need for material things, is at the center of his entire philosophy. This new way of thinking breaks with tradition, but does not ignore it, since he seeks to criticize it and, with these criticisms, find a compatibility between what must be resolved and the alternatives found.

KEYWORDS: Doubt, Cogito, God, Science and Reason.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	A DESCOBERTA DO COGITO	13
3	A NATUREZA DO EU PENSAnte	18
4	ANÁLISE DO PEDAÇO DA CERA	22
5	O PAPEL DAS PROVAS DA EXISTÊNCIA DE DEUS NA FILOSOFIA CARTESIANA	27
5.1	Prova cosmológica.....	28
5.2	Prova ontológica	34
6	CONCLUSÃO.....	38
7	REFERÊNCIAS	40
8	ANEXO	41

1 INTRODUÇÃO

A importância que tem Descartes, como filósofo moderno, nos faz questionar o que tem nele de continuidade e de ruptura em relação à filosofia anterior. Tomando isoladamente essas concepções, elas em si, não garantem a adequada compreensão da filosofia de Descartes. Isso ocorre porque a ruptura com a tradição realizada por Descartes, não quer dizer que ele a ignora ou a despreza, mas sim, que ele a critica. Da mesma maneira, quando apresenta conteúdos que têm relação com a tradição, não quer dizer que Descartes repete os seus antecessores, mas que retoma os conteúdos tradicionais para dar-lhes um tratamento que julga mais adequado.

Devemos concordar também que as modificações trazidas por Descartes em sua filosofia têm um alcance bem mais amplo do que apenas simples correções nas soluções que foram desenvolvidas para os problemas filosóficos. Descartes apresenta uma perspectiva metódica completamente diferente, e apresenta isso através de concepções metafísicas completamente diferentes das que estavam vigentes. Porém, faz isso através de uma profunda reflexão onde busca uma compatibilidade entre o que se deve resolver e as alternativas que já foram apresentadas. Em uma época ainda marcada por um forte pertencimento religioso e de grandes conflitos que foi a metade do século XVII¹, surge a filosofia de René Descartes (1596 – 1650) que ambicionava reconstruir a ciência.

Esta pesquisa tem como objetivo traçar o percurso argumentativo de Descartes em sua segunda meditação e evidenciar as características de seu pensamento inovador. Sendo assim, faz-se necessário também apresentar o papel das provas da existência de Deus na epistemologia cartesiana, tanto a prova cosmológica, que trata da questão da causalidade e de como é possível conhecer a Deus a partir da ideia de perfeição e a prova ontológica, onde se pretende conceber a ideia de Deus antes de qualquer experiência sensível.

Esta monografia será dividida em quatro capítulos. São eles: “A descoberta do *Cogito*”, em que será apresentado como Descartes chegou à descoberta do *Cogito* e as implicações disso. O capítulo seguinte intitula-se “A natureza do eu” onde é debatido qual seria a natureza da *Res Cogitans*. No terceiro capítulo, cujo

¹ Guerra dos trinta anos como diz Silva, ver p. 16.

nome é “Análise do pedaço da cera”, visamos mostrar a independência do intelecto em relação às coisas materiais. E, por fim, e não menos importante, tem-se o capítulo “O papel das provas da epistemologia cartesiana”, com suas subdivisões: “Prova cosmológica” e “Prova ontológica”. Neste capítulo será apresentado o papel das provas da existência de Deus na filosofia de Descartes.

2 A DESCOBERTA DO COGITO

Descartes inicia sua segunda meditação com o título *Da natureza do espírito humano e de como ele é mais fácil de conhecer do que o corpo*, cujo objetivo “será a de refazer o caráter sistemático do saber, unindo novamente ciência e filosofia, física e metafísica” (SILVA, 2005, p. 25). O objetivo de Descartes é proporcionar uma razão sólida para as descobertas da ciência. O método de Descartes consiste em colocar todo o conhecimento adquirido em dúvida, para assim obter um conhecimento certo e seguro.

Através do método da dúvida hiperbólica, Descartes inicia a investigação e percebe que pode duvidar de tudo, exceto que esteja duvidando, pois se duvida, ele pensa e se pensa, existe², “Não há dúvida, então de que eu sou, se ele me engana; e que me engane o quanto quiser, jamais poderá fazer com que eu não seja nada, enquanto eu pensar ser alguma coisa.” (DESCARTES, 2016, p. 42-43). Do seio da dúvida surge algo certo e indubitável: “(...) esta proposição, Eu sou, eu existo, é necessariamente verdadeira todas as vezes que a pronuncio ou que a concebo em meu espírito.” (DESCARTES, 2016, p. 43).

Em sua investigação cética de tudo aquilo que pode ser considerado verdadeiro ou falso, Descartes encontra um ponto fixo e seguro, o *Cogito*, e com isso, a descoberta de sua existência, do seu “eu” próprio, pois “o espírito humano tem em si os meios de alcançar a verdade, se souber conduzir sua independência e conduzir-se com método.” (SILVA, 2005, p. 21)

Ao descobrir o “eu sou, eu existo” Descartes proporciona ao homem o fixar-se enquanto algo. Dessa forma, ao pronunciar estas palavras “eu sou” consente a si mesmo ser alguma coisa, algo com a capacidade de pensar por si mesmo³ e

² “O duvidar tem de levar-nos ao seu exato reverso, o indubitável; aí aparece não só a provisoriedade da dúvida como também seu fim: uma verdade primeira, um ponto fixo, a partir do qual se possa, mediante uma série de razões, alcançar outras verdades.” (DESCARTES, 2016, p. 42).

³ Alguém pode objetar afirmando que o filósofo ‘empirista também pode pensar por si mesmo’, porém com Descartes há uma mudança de paradigma: “A independência do sujeito, no plano metafísico, é, pois, solidária do método que se constituirá para a filosofia e que consistirá fundamentalmente em tomar o sujeito como ponto de partida do conhecimento. O que quer dizer tomar o sujeito como ponto de partida do conhecimento? Significa não apenas dizer que para haver conhecimento é preciso um sujeito que conheça, coisa que ninguém duvidou, mas significa principalmente que o sujeito é polo irradiador de certeza e que é a partir do que se encontra no sujeito que se constitui o conhecimento verdadeiro, entendendo-se aqui o sujeito como exclusivamente o pensamento.” (SILVA, 2005, p. 11).

concluir que existe. Desta maneira, “eu sou, eu existo” é o ponto fixo e seguro que resiste até mesmo ao argumento do Deus enganador que é apresentado na segunda meditação.⁴

Dado que o objetivo de Descartes é esclarecer a natureza do espírito e de como ele é mais fácil de conhecer que o próprio corpo, Descartes encontra o “eu”, encontra a si mesmo, e com isso evidencia um novo sentido ao conceito de espírito.

Nas análises das obras de Descartes, o “eu” é considerado como uma substância que tem por objetivo o pensar, uma capacidade que proporciona o raciocínio intelectual. Desta maneira, Descartes ao escrever sua filosofia, revela uma nova dimensão para o entendimento do espírito humano, evidenciando como um ser capaz de raciocinar por si próprio. Esta nova explicação de Descartes sobre o espírito fica em oposição ao pensamento tradicional, pois para o pensamento tradicional:

A experiência sensível é condição para que, pelo processo de abstração, o intelecto apreenda o universal inteligível e, através do juízo, pela mediação do sensível, atribua o inteligível ao singular. (ROCHA, 2008, p.35)

Ou seja, enquanto que, para a tradição⁵, era necessário que o intelecto intuisse as formas naturais para se adquirir conhecimento, fazendo-se necessária a experiência, para Descartes, isso mostrou-se supérfluo, necessitando-se apenas da intuição dos conteúdos da consciência⁶.

Conhecemos os corpos apenas pela faculdade de entender que está em nós, e não pela imaginação nem pelos sentidos, e que não os conhecemos pelo fato de os vermos, ou de os tocarmos, mas somente pelo fato de os concebermos pelo pensamento, conheço evidentemente que não há nada que seja mais fácil de conhecer do que meu espírito. (DESCARTES, 2016, p. 54-55)

⁴ Essa discussão sobre o Deus enganador pode ser encontrada na segunda meditação no quarto parágrafo e ainda vai ser tratada melhor no texto.

⁵ “(...) O projeto não é nada menos que a reconstrução do saber, com tudo o que isso implica de crítica e recusa da tradição cultural e dos procedimentos filosóficos da Escolástica. (...)” (SILVA, 2005, p. 26).

⁶ “Não se admite mais, por exemplo, a sensação como ponto de partida e como princípio. Já não temos, como na filosofia anterior, de um lado princípios lógicos e intelectuais que seriam abstrações vazias e, de outro, a realidade à qual se aplicam esses princípios e que é tomada em si mesma também como um princípio, visto que o conhecimento só começaria com as coisas ou as imagens das coisas.” (SILVA, 2005, p. 11).

Como vimos, a filosofia de Descartes em relação ao conhecimento sobre o intelecto apresenta diferenças em relação à tradição, pois para ela, se obtém conhecimento através dos sentidos. Enquanto, para Descartes, o conhecimento é iniciado através da razão⁷ e independe dos sentidos⁸. Desta forma, não se faz necessário os sentidos para conhecer a si mesmo. Ao apresentar essa tese, o pensamento de Descartes entra em conflito com as ideias dominantes, porque enquanto a tradição defende que se adquire conhecimento através dos sentidos, Descartes propõe que apenas a razão é necessária, ou seja,

A partir do recurso aos exemplos do pedaço de cera e dos homens vistos de uma janela, mostrará como a operação essencial do intelecto independe de dados sensíveis, mostrando que consiste nos atos de conceber certas noções primitivas inatas (...) o conhecimento do intelecto é a priori, isto é, a sua condição de possibilidade não envolve os sentidos. A tese da tradição a ser recusada é a de que mesmo o conhecimento de uma natureza imaterial depende, ainda que indiretamente, dos sentidos. (ROCHA, 2008, p. 48)

Com essa argumentação, Descartes demonstra que o intelecto não necessita das experiências sensíveis para adquirir conhecimento, contrariando dessa maneira a ideia da tradição, de que o intelecto para adquirir conhecimento tanto de sua natureza, como conhecimento próprio, necessita entrar em contato com os dados sensíveis.

Descartes dedica boa parte da segunda meditação para demonstrar a independência da alma das intervenções dos dados sensíveis. Para ele, o intelecto consegue adquirir conhecimento tanto de sua natureza e de sua existência, sem a experiência sensível. Para obter estes conhecimentos, tanto da natureza imaterial do “eu” e de sua existência, Descartes recusa o uso dos sentidos, pois eles são falhos⁹.

⁷ “Sendo o intelecto, de agora em diante, o único princípio de conhecimento, a realidade sensível do mundo material terá de ser alguma forma demonstrada no nível do intelecto, da ideia, para que possa vir a possuir algum valor. O mundo material não está irremediavelmente condenado a desaparecer, mas a realidade que lhe é própria não provém, enquanto verdade, da percepção dos sentidos, mas sim da demonstração intelectual de que as coisas que percebemos existem verdadeiramente.” (SILVA, 2005, p. 11).

⁸ “Devemos libertar-nos dos julgamentos e dos erros nascidos na confiança imprudentemente concedida ao conhecimento sensível, e com eles devemos abandonar a sistematização culta daqueles pré-juízos, representada pela cultura aristotélica e escolástica.” (SCRIBANO, 2007, p. 23).

⁹ “Tudo o que recebi até o presente como mais verdadeiro e seguro, aprendi-o dos sentidos ou pelos sentidos; ora, algumas vezes experimentei que tais sentidos eram enganadores, e é de prudência jamais confiar inteiramente naqueles que uma vez nos enganaram.” (DESCARTES, 2016, p. 31).

Não necessitando dos dados sensíveis para adquirir conhecimento de sua natureza, evidencia que o conhecimento imaterial do intelecto não se origina nas percepções sensíveis, pois como foi mostrado, tendo a capacidade de realizar o ato cognoscível por si próprio, não é afetado por nenhuma ação física.

Para esclarecer sobre essas ideias, Descartes retoma na segunda meditação o argumento da dúvida. Continua com o seu método de colocar tudo em dúvida e em busca de certezas “de que não havia absolutamente nada no mundo, de que não havia nenhum céu, nenhuma terra, nenhum espírito, nenhum corpo; então não me persuadi também que eu não existia?” (DESCARTES, 2016, p. 42). Descartes para não errar em suas pretensões de mostrar uma nova forma no entendimento do que ele considera verdadeiro, volta ao método utilizado em sua meditação, ou seja, põe em suspensão tudo que existia, e toda crença que até ali tratava como verdadeira.

Com esse método, buscava que onde fosse encontrado algum motivo de dúvida, e caso encontrando, tudo aquilo entrava em “revisão”, ou seja, dado a evidência de incertezas, poderia ser rejeitado. Dessa forma, tudo que não lhe dava uma certeza clara e indubitável, deveria ser rejeitada, pois a “dúvida deve servir para libertar a mente dos pré-juízos e, de outro, deve eliminar a possibilidade de duvidar ulteriormente daquilo que se descobrirá ser verdadeiro.” (SCRIBANO, 2007, p, 30).

Tentando pôr em dúvida todas as crenças, segundo o ensinamento cético e encontrado algo indubitável terá a base da ciência, pois a ciência de Descartes visa a busca do indubitável¹⁰. Para chegar no primeiro porto seguro, foi necessário ao filósofo apresentar a tese de alguém com poderes capazes de o enganar, e com isso teria provas, pois se caso existisse alguém com capacidade de o enganar, comprovaria que algo está sujeito ao engano. “Não há dúvida, então, de que eu sou, se ele me engana; e que me engane o quanto quiser, jamais poderá fazer com que eu seja nada, enquanto eu pensar ser alguma coisa” (DESCARTES, 2016, p. 42-43).

Apresentada a hipótese da existência de um gênio maligno, capaz de controlar seus pensamentos e com poderes de fazer acreditar que tudo era falso, Descartes acredita que para ser enganado pelo gênio maligno, é necessário existir

¹⁰ “O indubitável de que fala Descartes não deve ser entendido apenas em sentido psicológico, como algo de que não se consegue duvidar, mas também em sentido normativo, como algo que não é passível de mínimo motivo de dúvida.” (SCRIBANO, 2007, p. 30).

uma forma que proporcione o engano, cujo qual é o pensamento, porém, se há o pensamento, é necessário que ele pense, ou seja, Descartes. Se o gênio maligno quisesse levar Descartes ao engano, necessitaria existir alguma coisa para ser enganado, no caso o pensamento, sendo assim, se existisse o pensamento, seria necessário existir alguém que pensasse.

Por mais que vemos Descartes como um filósofo inovador, cumpre ressaltar que a descoberta do eu, também já foi fruto da investigação de outros filósofos, como Aristóteles, “Percebemos que percebemos e compreendemos que compreendemos e, porque percebemos isso, compreendemos que existimos.” (ARISTÓTELES, 1984 apud ROCHA, 2008, p. 41) e São Tomás de Aquino,

Pensar que algo não existe é dar assentimento ao que é assim concebido [não existindo]. Nesse sentido, ninguém pode assentir ao pensamento de que não existe. Pois, ao pensar algo, ele percebe que existe. (AQUINO, 1952-1953 apud ROCHA, 2008, p. 40)

Convém recordar que a questão que Descartes aborda de acordo com o título da segunda meditação, é esclarecer a natureza do espírito e como o espírito pode ser reconhecido mais facilmente que o corpo. Que sou, o que sou eu, serão pontos que Descartes buscar esclarecer com sua meditação, buscando identificar as possíveis propriedades existentes no eu.

Assim, ao mostrar a existência do “eu” a partir do ato de pensar, podemos pensar que Descartes estava apenas acompanhando o que outros filósofos já tinham pesquisado. Porém, o fato de conceber a existência do seu ser, como correlato ao ato de pensar, não esclarece a natureza dessa existência, material ou imaterial.

Dessa forma, Descartes em sua segunda meditação visa discorrer sobre esse problema, evidenciando a natureza imaterial do “eu”. Descartes quer com sua explicação sobre a natureza imaterial “esclarecer o modo do conhecimento do intelecto” (ROCHA, 2008, p. 41).

3 A NATUREZA DO EU PENSAnte

Para compreender melhor a natureza do “eu”, Descartes começou a considerar a natureza das crenças que tinha como verdadeiras e continuou a verificar se elas poderiam ser como os membros desse novo “eu” que foi descoberto, uma vez que, como mostrado anteriormente, a descoberta deste “eu” não indica se sua natureza é material ou imaterial.

Descartes busca encontrar quem ele é, uma vez que está certo de existir “(...) o que sou, eu que estou certo de que sou” (DESCARTES, 2016, p. 43). Desta maneira, inicia uma pesquisa para saber o que pode ser, além daquilo que já sabe que existe. Tem como preocupação em não se enganar em suas pesquisas, pois não quer confundir o que pensava que era, porque as ideias que tinha anteriormente não contribuem para o novo entendimento de sua existência.

Em sua segunda meditação no parágrafo seis, Descartes relaciona as características que considerava verdadeiras antes de conceber a existência do eu. E questiona “o que sou, eu que estou certo que sou.” (DESCARTES, 2016, p. 43). Busca com isso confrontar a sua nova visão do “eu” com a concepção da tradição que acreditava ser, ou seja, “(...) um homem. Mas que é um homem? Direi que é um animal racional? (...) e assim de uma só questão cairíamos sem perceber em uma infinidade de outras mais difíceis e embaraçosas (...)” (DESCARTES, 2016, p. 43).

Com isso, Descartes busca examinar a noção de homem, com o objetivo de usar somente os pensamentos que surgem do *Cogito*, ou seja, que não pode negar que são frutos dos seus próprios pensamentos. Fazendo uso apenas de seus pensamentos no que considerava parte integrante da natureza do seu espírito.

Conclui então, a partir de suas argumentações, que não tem razões suficientes para afirmar que a coisa pensante, o eu, seja parte integrante do homem. Para demonstrar isso, argumenta que, supondo, que tivesse um corpo, que tinha mãos, rosto, braços e toda uma estrutura composta de ossos e carnes; que se alimentava, caminhava, sentia e pensava, desse modo relacionando todas essas ações a alma, questiona, pois, o que é a alma? “algo extremamente raro e sutil, como um vento, uma chama ou um ar muito leve (...)” (Descartes, 2016, p. 44). Por corpo, Descartes entende:

Tudo que pode ser limitado por alguma figura; que pode ser compreendido em algum lugar, e preencher um espaço de tal modo que todo outro corpo seja dele excluído; que pode ser sentido, ou pelo tato, ou pela vista, ou pela audição, ou pelo paladar, ou pelo olfato; que pode ser movido de várias formas, não por si mesmo, mas por alguma coisa alheia pela qual seja tocado e de que receba a impressão. (DESCARTES, 2016, p. 45)

Da mesma maneira que foi definida a natureza do corpo no parágrafo seis, podemos através do que já foi mostrado, inferir que na natureza desse “eu” encontrando com o argumento do *cogito*, não há nada de corpóreo. Porém, mesmo com essa descoberta, Descartes não se dá por satisfeito com essa argumentação porque ele ainda não consentiu em aceitar que o corpo possa se mover, sentir. Para ter certeza suficiente sobre isso e afirmar que o “eu” não possui uma natureza corpórea e seguir em frente com sua pesquisa sobre a natureza do eu, se imaterial ou material, Descartes contra-argumenta:

Posso assegurar-me de ter a menor de todas as coisas que acima atribuí à natureza corporal? Detenho-me a pensar nisso com atenção, passo e repasso todas essas coisas em meu espírito, e não encontro nenhuma que possa dizer estar em mim. (DESCARTES, 2016, p. 45)

Com esta argumentação, Descartes refuta qualquer possibilidade que porventura possa surgir dúvidas de que o “eu” tinha em si qualquer coisa de material ou corpórea, dessa maneira, concluímos pelo que foi exposto que a imaterialidade é própria da natureza do espírito.

Descartes esclarece que dadas as propriedades do corpo, não há possibilidade de ele ser parte da coisa pensante, “a extensão em comprimento, largura e profundidade constitui a natureza da substância corpórea, e o pensamento constitui a natureza da substância pensante.” (DESCARTES, 2002, p 69).

Dessa maneira, Descartes deduz que sua natureza é ser uma coisa que pensa, ou seja, “(...) uma substância completa imaterial, cujo atributo essencial é pensar. A alma é, portanto, inteiramente intelecto, pensamento, razão.” (ROCHA, 2008, p. 46). Inferimos através da argumentação e pelo que foi demonstrado a natureza pensante, Descartes assim rememora que é uma coisa pensante, porque para pensar faz se necessário existir, sendo assim uma só coisa, um ser pensante que existe e pensa. A certeza disso se dá ao analisar os atributos da alma: “Passemos então aos atributos da alma (...) Um outro é pensar; e noto aqui que o

pensamento é um atributo que me pertence. Só ele não pode ser desprendido de mim.” (DESCARTES, 2016, p. 45-46).

Notando então que não poderia deixar de existir, uma vez que, para pensar é necessário existir algo que pensa, e o ato de pensar comprova a sua existência, pois não pode deixar de pensar quem também não existe. Mesmo na possibilidade que não tivesse nenhum corpo ou tivesse sob engano, não poderia de maneira alguma supor que não existia, pelo simples fato de estar pensando, que denota a sua existência.

Apesar de que tudo em volta talvez não seja verdade, não pode negar a sua existência, e “(...) noto que não deixo de estar seguro de que sou alguma coisa.” (DESCARTES, 2016, p. 46). Dado que, para se considerar um atributo ou essência, especificamente o pensamento, deve depender de algo

(...) O nada não tem quaisquer atributos, isto é, quaisquer propriedades ou qualidades. Com efeito, pelo fato de percebermos que algum atributo está presente, concluímos que alguma coisa existente, ou uma substância, a qual pode ser atribuído (...) (DESCARTES, 2002, p. 69).

Desta forma, Descartes compreende que para o pensamento existir, necessita de:

(...) uma substância cuja essência ou natureza consiste apenas no pensar, e que, para ser, não necessita de nenhum lugar, nem depende de qualquer coisa material. De sorte que esse eu, isto é, a alma, pela qual sou o que sou, é inteiramente distinta do corpo (...) (DESCARTES, 1973, p. 67).

Descartes descarta a possibilidade que a alma tenha alguma propriedade física e com isso passa a se preocupar com o conhecimento em si. Sabendo o que é, “Ora, sei já certamente que sou (...) excitarei minha imaginação para conhecer distintamente o que sou” (DESCARTES, 2016, p. 47) o filósofo reflete sobre os diversos modos do espírito e chega à conclusão de que, por mais que imagina o que seja, nada encontra em si, a não ser o simples ato de pensar. Admite que o pensar é uma atividade que o espírito ou “eu” realiza sem a necessidade de um corpo.

Com esta argumentação podemos afirmar que é descoberta a segunda verdade cartesiana, ou seja, a natureza do eu é considerado “inteiramente intelecto, pensamento, e razão” (ROCHA, 2008, p. 46). Onde podemos questionar o que seria pensamento? Uma coisa que pensa? “é uma coisa que duvida, que concebe, que

afirma, que nega, que quer, que não quer, que imagina também e que sente.”
(DESCARTES, 2016, p. 47-48).

4 ANÁLISE DO PEDAÇO DA CERA

Em sua segunda meditação, após ter mostrado a natureza do *cogito*, Descartes passa a investigar a natureza do pedaço da cera para mostrar a independência do intelecto das coisas materiais.

No parágrafo nove na segunda meditação, Descartes pergunta: que é uma coisa que pensa? “É uma coisa que duvida, que concebe, que afirma, que nega, que quer, que não quer, que imagina também e que sente” (DESCARTES, 2016, p. 47-48). É observado, que estes pensamentos não podem derivar das coisas sensíveis e por mais que estes pensamentos não faz parte da sua própria natureza, não deixariam de ser seus. Dessa maneira, Descartes não deixa de acreditar que esses pensamentos não o pertençam, dado que:

(...) quem duvida, entende e deseja. (...) E certamente tenho também a potência de imaginar; pois, ainda que possa acontecer (como supus anteriormente) que as coisas que imagino não sejam verdadeiras, não obstante essa potência de imaginar não deixa de estar realmente em mim, e faz parte de meu pensamento. (DESCARTES, 2016, p. 48)

Dessa maneira, além de acreditar na sua existência, e de ter certeza que é um ser pensante, que nega, que afirma e que duvida, Descartes também crê no seu “eu” pensante, não existe apenas a capacidade de pensar e de imaginar, mas outras ideias que não se originam nas coisas sensíveis. Reconhece assim, que é capaz de ter outras ideias

(...) não posso impedir-me de crer que as coisas corporais, cujas imagens se formam por meu pensamento, e que caem sob os sentidos, não sejam conhecidas mais distintamente do que essa não sei que parte de mim mesmo que não cai sob a imaginação. (DESCARTES, 2016, p. 49)

Mostra então com o exemplo do pedaço da cera que quando apresentado da primeira vez, é mostrado um objeto com diversas características perceptíveis, a saber, o cheiro, o sabor, a cor, uma figura, uma grandeza, e ao tocado representa algo frio e duro, e ao bater tem som de algo oco. Porém, quando levado próximo ao fogo, perde todas as suas características iniciais, vindo a ser em algo extenso, flexível e mutável.

Descartes então levanta a pergunta se a mesma cera permanece após ser levada ao fogo e se modificar. A qual é respondida que sim, “É preciso admitir que

permanece, e ninguém o pode negar” (DESCARTES, 2016, p. 50). Entretanto, é acrescentado à resposta que tudo o que viu anteriormente sobre a cera através dos sentidos após a alteração, nada mais permanece como antes, tudo que foi percebido outrora, agora foi alterado, no entanto a mesma cera permanece.

Mas o que é de assinalar, sua percepção, ou então a ação pela qual se a percebe, não é uma visão, nem um toque, nem uma imaginação, e nunca o foi, conquanto o parecesse anteriormente, mas somente uma inspeção do espírito, a qual pode ser imperfeita e confusa, como era anteriormente, ou então clara e distinta, como é no presente, segundo minha atenção se volte mais ou menos para as coisas que nela estão e de que é composta. (DESCARTES, 2016, p. 51-52)

Desse modo, ao apresentar o argumento do pedaço da cera como exemplo, Descartes tinha como objetivo evidenciar que os sentidos não são suficientes para apresentar todas as informações que qualifiquem os objetos. Para identificar o pedaço da cera e afirmar que ela é a mesma após as modificações é necessário que o intelecto utilize suas faculdades intelectuais, sem sofrer qualquer uso dos sentidos, mas apenas pelo ato de julgar. Dessa maneira, podemos afirmar que o conhecimento da cera se dá de forma a priori, pois no intelecto existe uma capacidade inata, que possibilita que realize o ato de conceber e julgar sem que seja necessário a presença do objeto. Podemos então concluir que o ato de conhecer do intelecto, por não ser necessário dos sentidos “é um conhecimento a priori”. (ROCHA, 2008, p. 49).

A partir destas argumentações, Descartes evidencia que no intelecto existem aptidões de conceber certas coisas fazendo uso do ato de julgar as afecções sensíveis através de ideias inatas.

No entanto, podemos apresentar um novo questionamento de como é possível haver a mesma ideia do pedaço da cera, mesmo após as modificações sofridas? A qual podemos responder que, o pedaço da cera que foi percebido inicialmente, não deixa de ser um simples corpo que adquiriu uma nova forma, mas por ser um algo material está sujeito a mudanças, ou seja, pode adquirir novas formas.

Sendo assim, Descartes reconhece que ser extenso qualquer objeto pode ser, mas ser flexível e mutável não é uma qualidade que é possível ser reconhecida pela imaginação:

(...) A concebo capaz de receber uma infinidade de mudanças semelhantes e eu não poderia, entretanto, percorrer essa infinidade com minha imaginação, e, por conseguinte, essa concepção que tenho da cera não se realiza pela faculdade de imaginar. (DESCARTES, 2016, p. 51)

Provado pois, que o pedaço da cera permanece o mesmo, Descartes busca evidenciar o que sobrou do objeto, ou seja, as características do pedaço da cera após ser modificado pelo fogo e apresentado como algo extenso, flexível e mutável. As modificações sofridas pelo objeto e percebidas, como as formas e as propriedades, não se faz presente no objeto modificado, muito menos na imaginação, porque a imaginação apresenta mudanças infinitas, e a mente não pode imaginar esse infinito.

Desta forma, para conceber o pedaço da cera, sendo algo extenso, flexível e mutável, isso não se dá através dos sentidos e nem pela capacidade de imaginar que está no homem, mas sim pelo entendimento, ou seja, pelo “eu”.

Pelo que foi exposto, podemos concluir a partir da leitura de Descartes que para poder conceber, quanto para julgar só pode se tornar conhecido se for realizado pelo espírito (intelecto). É o intelecto através de suas capacidades de conceber e julgar que ao entrar em contato com o pedaço da cera se apropria de suas características e na realização do ato cognitivo, o espírito (intelecto) ao ser afetado pelos sentidos julga que vê o pedaço da cera, ao mesmo tempo que faz uso do processo de abstração. Podemos então concluir que no intelecto existem os atos de conceber e julgar que estão juntos ao ato de perceber.

Dessa maneira, o pedaço da cera é o mesmo, porém não é apresentado como anteriormente, com essa argumentação Descartes conclui que o ato de julgar os objetos não é realizado pelas características reveladas pelos sentidos, mas pela razão “é preciso então estar de acordo que eu não poderia mesmo conceber pela imaginação o que é essa cera e que apenas o meu só entendimento o concebe” (DESCARTES, 2016, p. 51).

Neste processo intelectual, Descartes nota que os modos de ser do objeto, que continua sendo o mesmo pedaço da cera após as modificações sofridas, não são percebidos por alguma intervenção externa, mas por conceitos próprios que o pertencem, que fazem parte de seu intelecto e não são afetados pelos dados trazidos pelos sentidos. A partir disso, Descartes conclui que o resultado formado do objeto modificado não é proporcionado pelos dados dos sentidos, mas sim, por puro entendimento da razão, ou seja,

(...) Conhecemos os corpos apenas pela faculdade de entender que está em nós, e não pela imaginação nem pelos sentidos, e que não os conhecemos pelo fato de os vermos, ou de os tocarmos, mas somente pelo fato de os concebermos pelo pensamento (...).
(DESCARTES, 2016, p. 54)

Quando Descartes concorda que é o mesmo pedaço da cera, mesmo após ter sido modificado, não está concordando com isso por causa das primeiras impressões concebidas pelos sentidos, mas sim, pela capacidade de julgar, da mesma forma que concorda que vê homens e o que na realidade vê são “chapéus e capotes, que podem cobrir espectros ou homens fictícios que só se mexem mediante molas” (DESCARTES, 2016, p. 52) julgamos que sejam homens, não pelo que os sentidos nos mostram, mas sim, pela capacidade de conceber e julgar presente no intelecto.

Da mesma forma que o intelecto conhece o pedaço de cera pelo entendimento que possui de perceber os objetos, junto com o ato de julgar, o intelecto também conhece a si mesmo pelos processos cognitivos usados para conhecer os objetos particulares, porque, se ele possui a capacidade de julgar o pedaço da cera, desta maneira, pode julgar e conceber com bem mais distinção a si mesmo.

Compreendendo que o intelecto tem a capacidade de conceber e julgar um objeto em particular, Descartes recorda que essa capacidade que o intelecto possui está nas ideias inatas do seu ser, são faculdades intelectuais que não precisam dos sentidos para realizar seus atos intelectuais, ou seja, de conceber e julgar.

Assim, ao julgar que vejo homens em vez de dizer que vejo chapéus e casacos que podem cobrir espectros de homens, está presente a habilidade que o intelecto possui de perceber objetos particulares pela capacidade dos atos de

conceber e julgar: “julgo que são homens verdadeiros e, assim, compreendo, pela só potência de julgar que reside em meu espírito, o que acreditava ver com meus olhos”. (DESCARTES, 2016, p. 52).

Com essa argumentação, fica refutada qualquer possibilidade de algo sensível influenciar os atos do intelecto para que este tenha noção dos atos intelectuais; estes são atos proporcionados e realizados por atos simples que são necessários para o entendimento da matéria, são pensamentos inatos que estão presentes no intelecto.

5 O PAPEL DAS PROVAS DA EXISTÊNCIA DE DEUS NA FILOSOFIA CARTESIANA

Com a descoberta do primeiro porto seguro, o *Cogito*, Descartes parte para a descoberta de novas verdades claras e distintas, principalmente de Deus, pois esse Deus de Descartes visa garantir a ciência.

Ao lermos a obra *Meditações metafísicas* notamos que uma das genuínas inquietações que tinha Descartes era provar a existência de Deus. A obra *Meditações metafísicas* é considerada a principal obra do filósofo sobre o assunto relatado e nela é percebida essa inquietação. Entre as seis meditações que foram escritas por Descartes, vemos as provas de Deus e de que ele existe, na terceira e quinta meditação, a saber, a prova cosmológica, que trata da questão da causalidade e de como é possível conhecer a Deus a partir da ideia de perfeição e a prova ontológica, onde se pretende conceber a ideia de Deus antes de qualquer experiência sensível, pois Descartes pretende que o homem adquira o saber das essências das coisas, mas faz-se necessário assegurar a ciência humana através da garantia divina.

É aqui que o princípio de causalidade (*posteriori*) e o *priori* são inseridos como elementos fundamentais, pois para fundamentar a descoberta das novas verdades claras e distintas, faz-se necessário investigar uma causa para suas existências. Proporemos a partir do que já foi investigado responder a seguinte questão: “eu, ser pensante finito, possuo entre minhas ideias a ideia de infinito. Qual será a causa dessa ideia?” (SILVA, 2005, p. 58).

Para responder a pergunta em questão e que é parte integrante da investigação que fazemos até aqui, propomos a seguinte solução: partindo do princípio de causalidade para evidenciar que existe algo exterior ao próprio pensamento, a *posteriori*. E com ele, será possível evidenciar que Deus existe, possuindo algumas qualidades, a saber, ser perfeito, onisciente e onipresente.

Em relação ao princípio do a *priori* é evidenciar que a existência não pode estar separada da essência, por exemplo: não dá para pensar a montanha sem o vale, ou seja, não se pode conceber Deus dissociado de sua essência, ou seja, o criador deixa na criatura sua marca.

5.1 Prova cosmológica

A obra *Meditações metafísicas* está voltada ao problema de Deus e pode ser considerado o principal problema a ser tratado, pois descoberto o “primeiro porto seguro”. Descartes vai em busca de novas verdades e nisto Deus desempenha um papel fundamental:

Deus é a razão de ser de todas as verdades. Mas o Eu pensante já não desempenhava papel semelhante? Na verdade, o Eu pensante é a razão de ser de todos os pensamentos, não de todas as verdades. Mesmo a verdade relativa a si próprio, já tida como inquestionável antes da prova da existência de Deus, funda-se realmente em Deus. O que ocorre é que há no percurso cartesiano de construção da filosofia duas trajetórias que se entrecruzaram exatamente no ponto em que se demonstra a existência de um ser supremo. O Eu pensante me deu a realidade do pensamento, isto é, de todas as representações enquanto conteúdos mentais, mas não me autorizava a constatar o valor objetivo de qualquer uma dessas representações, que eram reais apenas enquanto conteúdos do Eu pensante. (FRANKLIN, 2005, p. 60-61)

Ou seja, descoberto o primeiro “porto seguro e fixo” o *Cogito*, este “eu” que foi descoberto o ultrapassa, pois este “eu” que foi descoberto percebe que tem em si suas limitações e nisto o percebe que deve existir algo mais perfeito que si e este algo mais perfeito será Deus que ele visa provar, além do que, “(...) o conhecimento de Deus a que são dedicadas as Meditações, é rigorosamente limitado pela função de garantia do verdadeiro que o próprio Deus deve assegurar à ciência. (...) (SCRIBANO, 2007, p. 19).

Analisando a obra as *Meditações metafísicas*, é na terceira meditação que é apresentado a prova de que Deus existe, em forma cosmológica, tratando especificamente do princípio da causalidade. Descartes inicia sua terceira meditação com o título *De Deus; que ele existe*, que visa demonstrar a existência de Deus, utilizando como método o princípio de causalidade.

Na terceira meditação metafísica, Descartes apresenta duas provas para a existência de Deus, estas duas provas têm como modo de operar apresentar os efeitos para se chegar à causa, são provas a posteriori. Essas provas são postas da seguinte maneira: Na primeira prova, a ideia de Deus é provado como causa dele próprio, e na segunda, Deus é mostrado como causa do eu, a coisa pensante. Nesse contexto, é importante enfatizar o uso e a importância que terá o princípio de causalidade.

Em relação a primeira prova, ao usar do princípio da causalidade podemos deduzir que Deus existe e isso ocorre através da ideia que formamos de Deus, ou seja, dado um questionamento de qual seria a causa de Deus, prova-se sua existência.

Assim sendo, nessa prova da existência de Deus, Descartes usa do princípio de causalidade para defender sua demonstração de que Deus existe, ou seja, é demonstrado a ideia de Deus por seus efeitos, a ideia que ele produz no homem.

Lendo a terceira meditação é possível compreender que a causa deve ser tão real quanto o efeito e o próprio Descartes mostra isso:

Agora, é coisa manifesta pela luz natural que deve haver pelo menos tanta realidade na causa eficiente e total quanto em seu efeito; pois, de onde o efeito pode tirar sua realidade senão de sua causa? E como esta causa poderia comunica-la a ele se não a tivesse em si mesma? E daí resulta não somente que o nada não poderia produzir coisa alguma, mas também que o que é mais perfeito, ou seja, que contém em si mais realidade, não pode ser uma consequência e uma dependência do menos perfeito. (DESCARTES, 2016, p. 65-66)

Evidencia-se nisto que o princípio da causalidade é crucial para a função da prova de que Deus existe na filosofia de Descartes, pois é a partir dele que podemos inferir a tese que do nada não surge nada, ou seja, algo não pode ser produzido por uma causa que tenha menos realidade que ele.

Sendo assim, percebemos a importância que tem a prova da existência de Deus na filosofia de Descartes, pois é através dela que chancela a verdade, que garante a verdade das ideias claras e distintas e isso é mostrado por Descartes:

E quanto mais longa e cuidadosamente examino todas essas coisas, tanto mais clara e distintamente conheço que são verdadeiras. Mas, enfim, que concluirei de tudo isso? Que, a saber, se a realidade objetiva de alguma de minhas ideias é tal que eu conheça claramente que ela não está em mim nem formal nem eminentemente, e que, por conseguinte, eu mesmo não posso ser a causa, daí se segue, necessariamente, que eu não estou sozinho no mundo, mas que há ainda alguma outra coisa que existe e que é a causa dessa ideia; ao passo que, se tal ideia não se encontra em mim, não terei nenhum argumento que me possa convencer e me deixar certo da existência de nenhuma outra coisa além de mim mesmo (...). (DESCARTES, 2016, p. 68-69)

Pelo que foi dito e argumentado, podemos concluir que a ideia de Deus não pode ser a causa de mim mesmo e de meus pensamentos, mas é externa e

independente do pensamento, ou seja, a causa da ideia de Deus seria Deus. A ideia de Deus, é aquela que tenho de algo em sua perfeição máxima, apresentada em todas as realidades objetivas¹¹ que posso imaginar e nenhuma outra ideia se mostra igual a ela.

Com estas argumentações acerca das ideias admitidas pela coisa pensante, será possível provar a existência de Deus, um ser perfeito, onisciente e onipresente.

E, por conseguinte, é preciso necessariamente concluir de tudo o que disse anteriormente que Deus existe; pois, ainda que a ideia da substância esteja em mim, pelo próprio fato de ser eu uma substância, eu não teria, contudo, a ideia de uma substância infinita, eu que sou um ser finito, se ela não tivesse sido posta em mim por alguma substância que fosse verdadeiramente infinita. (DESCARTES, 2016, p. 72)

Em relação a segunda prova da existência de Deus a posteriori, o filósofo não está procurando a causa de uma ideia, mas, a causa de um ser primeiro, ou seja, busca-se neste contexto, evidenciar a existência de Deus a partir de um ser finito, o homem. Dado que, uma substância que é finita, o homem, não pode ter em si todas as perfeições e ela não pode ser a causa de um ser infinito, Deus.

O que está sendo discutido aqui, é o argumento de que, pela ideia de Deus que chego ao conhecimento dele, é a partir disso, que tenho capacidade para investigar se existo por mim mesmo ou por outro, além do que, tenho conhecimento dos meus defeitos. Afinal, é a partir desta argumentação que posso chegar à conclusão de que existe uma causa para o meu ser e ele possui em si todas as qualidades, ser perfeito, onisciente e onipresente, isto é, o próprio Deus. Sobre isso, o próprio Descartes diz:

E pergunto, de quem eu teria minha existência? Talvez de mim mesmo, ou de meus pais, ou então de algumas outras causas menos perfeitas do que Deus; pois não se pode imaginar nada mais perfeito, nem mesmo igual a ele. Ora, se eu fosse independente de qualquer outro e se eu mesmo fosse o autor do meu ser, por certo não duvidaria de coisa alguma, não conceberia mais desejos e, enfim, não me faltaria nenhuma perfeição; pois teria dado a mim todas aquelas de que tenho em mim alguma ideia, e assim eu seria Deus. (DESCARTES, 2016, p. 76)

Se o homem fosse causa de si mesmo, ele teria a capacidade de atribuir a si mesmo todas as perfeições que é possível conhecer, dado que, a vontade está

¹¹ Maneira de ser pelo qual uma coisa é objetivamente.

sempre buscando as perfeições, além do que, se fosse causa de si mesmo, seria também causa das substâncias e dessa maneira, seria capaz de causar todas as qualidades, como ser perfeito, onisciente e onipresente.

É de se notar que é através de uma investigação das ideias que o “eu” possui em sua mente, que Descartes aponta que todas as ideias podem ser originadas em nossa mente, dado que, o homem por ser finito, pode originar a maioria das ideias, exceto da ideia que tem de Deus, pois sendo um ser finito não pode ser origem de um ser infinito, ou seja, uma mente finita não pode ser causa de um ser infinito.

O que é muito importante nessa argumentação e por conseguinte na prova da existência de Deus em Descartes, é o uso explícito do princípio de causalidade, a realidade finita do homem não pode ser causa da ideia que temos de Deus, porque se trata de uma realidade finita do homem que possui menor grau de realidade formal¹² em relação ao grau de realidade que possui a ideia objetiva de Deus. Sendo assim, a realidade formal da substância finita não tem como transmitir uma realidade objetiva da ideia de Deus.

Assim sendo, Deus por ser uma substância infinita, devido ao princípio da causalidade, não pode ser fruto do “eu”, dado sua mente finita. Uma realidade objetiva não pode ser fruto de outra realidade objetiva porque isso levaria a um círculo sem fim. Desse modo, a realidade formal da entidade finita não pode transmitir a realidade infinita à realidade objetiva do conceito de Deus. Portanto, apenas uma forma de realidade diferente do “eu” pode produzir essa ideia, e necessariamente, deve ser uma entidade infinita, ou seja, Deus.

A ideia que formamos de Deus é a ideia de um ser perfeito, que na realidade objetiva é apresentado como um ser infinito. O fato de a realidade objetiva apresentar um ser infinito é importante, pois é a partir disso que notamos que somos finitos. Mas como seres finitos que somos, podemos conceber uma ideia de um ser infinito? Essa questão é respondida por Descartes, a partir de que essa ideia que formamos de Deus foi colocada em nós de forma inata, ou seja, o criador deixa marcas na sua criatura. Como se pode perceber, o princípio de causalidade que foi

¹² “A ideia, enquanto representação, só pode ser efeito, nunca causa. Isso significa que o que ela contém de ser em si mesma, sua realidade objetiva, deve remeter aquilo que é representado, isto é, a realidade formal.” (SILVA, 2005, p. 58)

aqui proposto é de forma mais geral, ou seja, um efeito não pode ser mais real que sua causa. Isso nos remete a uma questão primordial, a qual é, se posso ou não ser causa dessa ideia. Pois, se a mente pode ser causa de todas as outras que ideias que imagino, por que não pode ser causa da ideia de Deus? A qual podemos responder que somente um ser que é perfeito por natureza pode ser causa dele mesmo.

Só uma ideia tem mais realidade objetiva que a realidade formal contida no eu. Trata-se da ideia da substância infinita, ou seja, Deus, uma ideia que, portanto, não pode ser produzida pelo eu. Segue-se daí que deve existir, fora do pensamento, uma substância infinita capaz de causar em mim a ideia do infinito. (SCRIBANO, 2007, p. 88)

Nesse caso, o que é tratado é o fato de que seria impossível conceber a ideia de finitude se não houvesse a ideia de infinitude. A substância finita pode pelo entendimento ter um conhecimento da infinitude de Deus, porém não é capaz de compreender essa infinitude, porque dado o pensamento finito, não é compreensível ter uma infinidade de conhecimento das coisas. Sobre isso Descartes diz:

E isto não deixa de ser verdadeiro, ainda que eu não compreenda o infinito, ou mesmo que se encontre em Deus uma infinidade de coisas que eu não possa compreender, nem talvez atingir de modo algum pelo pensamento; pois é da natureza do infinito que minha natureza, que é finita e limitada, não o possa compreender; e basta que eu conceba isso e que julgue que todas as coisas que concebo claramente, e nas quais sei que há alguma perfeição, e talvez também uma infinidade de outras que ignoro, estão em Deus formal ou eminentemente, para que a ideia que eu tenho dele seja a mais verdadeira, a mais clara e a mais distinta de todas as que estão em meu espírito. (DESCARTES, 2016, p. 73)

Como se pode notar, no homem existe através do pensamento, a possibilidade de conhecer a Deus e a sua infinitude, porém não é possível compreender essa infinitude de Deus.

Se a nós fosse dado compreender o infinito, nós o compreenderíamos e ele deixaria de ser infinito. Aceitar que não podemos com o pensamento compreender o infinito, traz a mais bela lição da ideia de infinito que podemos chegar, ou seja, reconhecer a ideia de que Deus existe é perceber nossa incapacidade de o compreender. Além disso, é necessário deixar claro que o conceito de infinito é aplicado apenas a Deus e que tudo aquilo onde não é encontrado um limite é indefinido.

Dessa maneira, faz-se necessário que a ideia de Deus possua uma causa e pelo que foi dito fica claro que essa causa não pode ser o “eu”, porque ela não tem todas as qualidades, sendo imperfeita e finita. Sendo assim, Descartes defende a ideia de que, somente Deus cujo atributo é ser perfeito, pode ser a causa dele mesmo.

Portanto, segundo o filósofo, Deus existe seguramente, e só temos essa certeza ao analisar o “eu”, onde percebermos sua imperfeição e a ideia de perfeição que traz consigo. Posto isto, é impossível que a ideia que temos de Deus não tem ele mesmo como sua causa, ou seja, a causa do efeito é próprio Deus. Sobre isso diz Silva diz:

Se procuro a causa de mim mesmo, posso primeiramente supor que eu seja a causa. Mas, se assim fosse, isto é, se tivesse o poder de me criar, por que então não me teria criado com todas as perfeições de que tenho ideia e que são, no limite, as perfeições de Deus? Pois, supondo que tivesse o poder de me dar o ser, teria também o poder de me doar todos os atributos que posso representar: quem pode o mais, pode o menos. Se, por um lado, suponho que os autores de mim mesmo foram meus pais, devo reconhecer, por outro lado, que, enquanto causa, eles não possuiriam a suficiência e o caráter absoluto para me criar independentemente de qualquer outra causa. E o mesmo se aplica aos pais de meus pais, e assim sucessivamente (...) há necessidade, portanto, de se chegar a uma causa primeira e absoluta (...) Essa causa só pode ser Deus. (SILVA, 2005, p. 59)

Dado o que foi dito, é por causa disso que na terceira meditação, Descartes ao analisar a ideia de Deus, reconhece que a finitude do homem só é percebida quando em comparação com a infinitude de Deus, se percebo que sou um ser finito, isto só é percebido quando me comparo às perfeições de que tenho ideia, porém não compreendo.

5.2 Prova ontológica

Esta prova da existência de Deus está presente na quinta meditação e diferente das anteriores, é exposta de forma diferente, enquanto as demais estavam embasadas na coisa pensante, na ideia do “eu”. Esta parte do ser infinito, Deus.

A prova a *priori* da existência de Deus é uma tentativa de deduzir a existência de Deus, a partir da essência de Deus. Com isso, Descartes passa a analisar a essência de Deus, bem como a do ser infinito.

O argumento desta prova, parte da existência de um ser em sua perfeição infinita e que o faz existir como um Ser perfeito. Portanto, Descartes, buscou provar a existência de Deus, tendo como base a existência de um Ser perfeito e esta discussão fica claro a partir desta citação:

Restam-me outras coisas para examinar, no tocante aos atributos de Deus e no tocante à minha própria natureza, ou seja, a de meu espírito: mas talvez retome uma outra vez a sua investigação. Agora (depois de ter notado o que se deve fazer ou evitar para alcançar o conhecimento da verdade), o que tenho de fazer principalmente é tentar sair e desvencilhar-me de todas as dúvidas em que caí nesses dias passados e ver se nada de certo se pode conhecer no tocante às coisas materiais. (DESCARTES, 2016, p. 97)

Descartes quer evidenciar com essa argumentação, que a ideia de Deus não surgiu através dos sentidos, muito menos foi criada por ele mesmo. É Deus, que tem todas as perfeições em grau infinito, que deixa em cada um de nós a sua marca, como um autor que assina sua obra. Nas palavras do filósofo:

Agora, se do simples fato de que posso tirar de meu pensamento a ideia de alguma coisa, segue-se que tudo o que reconheço clara e distintamente pertencer a essa coisa pertence-lhe de fato, não posso tirar disso um argumento e uma prova demonstrativa da existência de Deus? É certo que não encontro menos em mim sua ideia, ou seja, a ideia de um ser soberanamente perfeito, do que a de qualquer figura ou de qualquer número que seja. (DESCARTES, 2016, p. 100)

Descartes é muito seguro e consciente em sua argumentação de que as ideias estão postas em cada um de forma inata, pode até ser possível separar a essência da existência das coisas, porém com relação a Deus, isso não é possível ocorrer, porque pensar em Deus, é pensa-lo em sua essência, ou seja, existindo e Descartes demonstra isso:

Pois, tendo-me acostumado em todas as outras coisas a fazer distinção entre a existência e a essência, persuado-me facilmente de que a existência pode ser separada da essência de Deus e que, assim, pode-se conceber Deus como não existindo atualmente. Mas, não obstante, quando penso nisso com mais atenção, vejo manifestamente que a existência não pode ser mais separada da essência de Deus do que, da essência de um triângulo retilíneo, a grandeza de seus três ângulos iguais a dois retos, ou então da ideia de uma montanha, a ideia de um vale; de sorte que não há menos repugnância em conceber um Deus (ou seja, um ser soberanamente perfeito) ao qual falte existência (ou seja, ao qual falte alguma perfeição) do que em conceber uma montanha que não tenha vale. (DESCARTES, 2016, p. 100-101)

Descartes quer demonstrar com a prova ontológica da existência que não é possível provar que haja a ideia de Deus separada de sua existência, dado que, a existência e a essência estão intimamente ligadas ou conectadas. Principalmente quando se está falando de Deus, dado que é um ser perfeito, não é possível pensar a essência e existência separadas.

A prova da existência de Deus, usando o argumento ontológico¹³ não foi usado pela primeira vez por Descartes, mas sim por Santo Anselmo:

Uma versão do argumento ontológico fora dada muitos séculos antes por Santo Anselmo (1033-1109); que sustentara a ideia de que um ser “em relação ao qual nada de maior se pode conceber” tem necessariamente que existir, não só em nosso pensamento, mas na realidade. (COTTINGHAM, 1995, p. 23)

Dada a explicação, voltemos ao uso que Descartes faz do argumento ontológico, independente de Santo Anselmo. Limitando-se à terceira e quinta Meditação que é o que está sendo pesquisado neste trabalho.

¹³ O termo “argumento ontológico”, foi usado pela primeira vez pelo filósofo Immanuel Kant: O termo “argumento ontológico” deve-se na verdade a Kant, que destacou um tipo especial de prova da existência de Deus, segundo a qual “se faz abstração de toda a experiência” e a existência de um ser supremo é “inferida a priori somente dos conceitos”; sem antecipar o título “ontológico”, Descartes, no entanto, diferencia de forma nítida a sua própria prova a priori, dada na Quinta Meditação, do argumento bastante diferente, a posteriori ou causal, que dá na Terceira Meditação. (COTTINGHAM, 1995, p. 23)

Cabe mencionar que não é possível entrar no contexto da prova ontológica da existência de Deus, sem entender objetivamente o valor que as ideias claras e distintas possuem no argumento ontológico.

Sendo assim, não é possível separar a existência da essência de Deus. Na quinta meditação, Descartes até mostra de modo figurado exemplos de que não há montanha sem vale, claro sem escuro, não há Deus sem existência. Essa é a prova ontológica da existência de Deus, ou seja, a própria ideia de Deus, o conceito dele, exige sua existência e não é possível pensar um sem o outro.

Ao passo que, do simples fato de eu não poder conceber Deus sem existência, segue-se que a existência é inseparável dele, e portanto que ele existe verdadeiramente; não que meu pensamento possa fazer que isso seja assim e que imponha às coisas alguma necessidade; mas, ao contrário, porque a necessidade da própria coisa, a saber, da existência de Deus, determina meu pensamento a concebê-lo dessa forma. (DESCARTES, 2016, p. 102)

Para Descartes, fica muito claro que não se pode pensar em Deus sem que este exista de fato e determina até o próprio pensamento. Dessa maneira, é evidenciado com muita convicção a existência de Deus através da prova ontológica como um Ser perfeito e com isso é possível garantir a ciência, pois Descartes queria que o homem adquirisse o saber das essências das coisas, mas isso só seria possível através da garantia divina:

(...) reconheço muito claramente que a certeza e a verdade de toda ciência depende do só conhecimento do verdadeiro Deus; de sorte que, antes de o conhecer, eu não podia saber perfeitamente nenhuma outra coisa. E, agora que o conheço, tenho o meio de adquirir uma ciência perfeita no tocante a uma infinidade de coisas, não só daquelas que estão nele, mas também daquelas que pertencem à natureza corporal, na medida em que ela pode servir de objeto às demonstrações dos geômetras, os quais não fazem caso de sua existência. (DESCARTES, 2016, p. 107)

Com esta última citação da quinta meditação metafísica fica claro que Descartes queria evidenciar que o conhecimento claro e distinto das coisas só é possível de ocorrer através de quando provamos a existência de Deus. É Deus que é base da ciência de Descartes, o garantidor. Podemos até questionar como seria possível a um homem da ciência ter Deus como base? Ao que podemos responder que o Deus de Descartes não é o mesmo de Aristóteles e dos teólogos da idade média, mas sim, um Ser da razão.

O Deus de Descartes é apresentado como um ser que ilumina nosso intelecto. O “eu”, o primeiro porto seguro tem um papel muito importante nesse processo para a demonstração da existência de Deus. E Descartes não tem por pretensões apresentar um Deus diferente daquele dos escolásticos, parecendo não romper com a divindade. Este conceito de Deus para Descartes está como garantidor da ciência, ainda num período marcado pela concepção tradicional de Deus e de novas aberturas que mudariam toda a concepção que o homem tem do mundo.

6 CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi apresentar a descoberta do *Cogito* e quais as implicações disso para uma sociedade ainda marcada pelo pensamento tradicional, onde as ideias eram chanceladas pela Igreja. Além disso, buscamos apresentar qual a natureza do eu e por fim e não menos importante as provas da existência de Deus, pois elas visam garantir a possibilidade da ciência.

Descoberto o primeiro porto seguro, Descartes partiu para a descoberta de novas verdades claras e distintas, principalmente a da existência de Deus, pois o conceito cartesiano de Deus, por mais que não tenha rompido com o conceito teológico-cristão, a prova cartesiana não visa as controvérsias teológicas e sim a fundamentação da nova ciência que ele, juntamente, com outros filósofos e cientistas estava ajudando a forjar.

Utilizando um método simples, que implicava uma dualidade entre corpo e alma, mas ao mesmo tempo lógico e argumentativo, Descartes queria com a sua filosofia demarcar até onde poderiam valer as ideias da fé e da razão, bem como estabelecer a relação entre ambas.

Destaco pontos importantes que serviram de norte para este trabalho, sobretudo a descoberta do *Cogito* que mudou radicalmente a filosofia desde então. Antes o homem era regulado por preceitos religiosos e por toda a sabedoria antiga. A nova filosofia proposta por Descartes, permite ao homem encontrar em si próprio o fundamento para a certeza que servirá de base para suas investigações filosóficas e científicas.

Outro ponto importante destacado é a questão se esse “eu” descoberto seria de natureza imaterial ou material. Ao qual também foi respondida, de natureza imaterial, dado que sua qualidade é ser uma coisa pensante. Não menos importante após isso, foi apresentar a descoberta das provas da existência de Deus no sistema cartesiano, pois elas são a base da ciência e dão o sustentáculo que chancela a verdade, pois o homem pode descobrir por si mesmo a verdade de algumas ideias claras e distintas, porém, como ele sustentará as demais verdades, sobretudo aquelas que dizem respeito ao mundo natural? Descartes só pode inferir a verdade de todas as ideias claras e distintas depois de ele ter provado a existência de Deus,

pois é através da bondade infinita de Deus que ele pode estabelecer uma correspondência entre a verdade e a clareza e a distinção.

Uma possível contribuição apresentada por essa pesquisa é oferecer subsídios suficientes para que o leitor passe a se interessar pela filosofia cartesiana, em especial pela obra *Meditações metafísicas*. Visamos, assim, proporcionar ao leitor a compreensão da importância que se tem ao obter o conhecimento de sua essência, o seu “eu”, não em um caráter teológico, mas uma compreensão de si mesmo, seu intelecto, sua razão.

7 REFERÊNCIAS

COTTINGHAM, John. **Dicionário descartes**. Trad. de Helena Martins. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

DESCARTES, René. **Meditações metafísicas**. Trad. de Maria Ermantina de Almeida Prado. 4. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2006. (Clássicos WMF).

DESCARTES, René. **Princípios da filosofia**. Trad. de Guido A. de Almeida, Raul L. Filho, Ethel M. Rocha, Marcos Gleizer e Ulysses Pinheiro. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

DESCARTES, René. **Descartes: obra escolhida**. Trad. de J Guinsburg e Bento Prado Junior. 2. ed. São Paulo: DIFEL, 1973.

ROCHA, Ethel. Conhecimento do intelecto: argumento do cogito, mesma cera e homens verdadeiros. **Discurso**, n. 38, p. 31-60, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/discurso/article/view/62544>. Acesso em: 15 abr. 2021.

SCRIBANO, Emanuela. **Guia para leitura das Meditações metafísicas de Descartes**. Trad. de Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Loyola, 2007.

SILVA, Franklin Leopoldo e. **Descartes: a metafísica da modernidade**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2005. (Coleção logos).

8 ANEXO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

No dia **03 de março de dois mil e vinte e dois**, às **09:30 horas**, estiveram reunidos para a etapa de arguição da defesa de TCC on-line, via aplicativo de videoconferências Google Meet - vinculado à conta do professor orientador do trabalho -, os professores Ricardo Seara Rabenschlag, na condição de Professor Orientador e de Presidente da Banca Examinadora, José Urbano de Lima Júnior e Fernando Monegalha, como membros avaliadores, para a defesa de monografia do discente Matheus Erik Ferreira Silva, matrícula n. 16210993, intitulada: **COMO DESCARTES CHEGA AO COGITO E QUAIS AS IMPLICAÇÕES DE SUA DESCOBERTA**. Após a arguição da Banca examinadora, esta Monografia foi aprovada com nota 8,5 (oito e meio). O aluno terá 45 dias de prazo para entregar um (01) exemplar corrigido do trabalho escrito, em formato digital e por e-mail, à Coordenação do Curso com anuência do(a) orientador(a). Nada mais havendo a tratar, eu Prof. Ricardo Seara Rabenschlag, lavrei a presente Ata, que vai por mim assinada e pelo Coordenador do Curso de Filosofia – Licenciatura.

Links para acesso da defesa: Apresentação: meet.google.com/nat-xfcr-nmh;

Arguição: meet.google.com/Jaque-xpzf-fid

Banca Examinadora: Prof. Ricardo Seara Rabenschlag, orientador e Presidente da Banca

1o Avaliador: Prof. Fernando Monegalha

2o Avaliador: Prof. José Urbano de Lima Júnior


 Prof. Dr. Ricardo Seara Rabenschlag
 Presidente de Banca Examinadora


 Prof. Dr. Alberto Vivar Flores
 Coordenador do curso de Filosofia